



PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III

Edital 017/2018

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. Você está recebendo o caderno de prova, que contém, em suas páginas, 60 (sessenta) questões objetivas da Prova seletiva objetiva - 1ª Etapa e 3 (três) questões discursivas da Prova Seletiva Discursiva – 2ª Etapa. Confira o caderno, e se ele não estiver completo chame o fiscal.
2. Você está recebendo também um cartão-resposta contendo 60 (sessenta) questões da Prova seletiva objetiva - 1ª Etapa e 3 (três) questões discursivas da Prova Seletiva Discursiva – 2ª Etapa, os quais **NÃO PODEM SER SUBSTITUÍDOS**. Portanto, somente marque a resposta quando você tiver certeza de que ela é correta.
3. O cartão-resposta não pode ser rasurado, sob pena de desclassificação das respostas rasuradas.
4. Você deve marcar apenas uma letra em cada questão objetiva.
5. Para evitar possíveis enganos no preenchimento do cartão-resposta, anote primeiro as alternativas que você julgou corretas no próprio caderno de prova. Depois, marque-as no cartão-resposta.
6. Não é admitido o uso de material estranho ao caderno de prova, mesmo para rascunho, nem se permitirá qualquer comunicação entre os candidatos.
7. Ao final da prova você deverá devolver ao fiscal o gabarito preenchido e devidamente assinado no local indicado.
8. A duração da prova é de 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos. A saída do candidato só será permitida após transcorrida 1 (uma) hora do início. Os três últimos candidatos a terminarem a prova deverão retirar-se da sala simultaneamente.
9. O gabarito com as respostas será publicado no portal da Esmesc, após às 12h do dia 18 de agosto de 2018.
10. O período para a interposição de recursos à Prova seletiva objetiva - 1ª Etapa inicia em 21 de agosto e termina às 15h do dia 23 de agosto de 2018, às 15h. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br.
11. O resultado final da primeira etapa será divulgado até o dia 28 de agosto de 2018.
12. O período para a interposição de recursos a Prova Seletiva Discursiva – 2ª Etapa, vai de 06 de setembro até 08 de setembro de 2018, às 15h. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br.
13. Todos os recursos devem ser encaminhados em formulário próprio disponível na página da Esmesc. Recursos apresentados em outros formulários não serão recebidos.

BOA PROVA!

Florianópolis, 18 de agosto de 2018



PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III
Editais 017/2018
Prova Seletiva Objetiva – 1ª Etapa

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Quanto ao uso dos porquês, assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE as lacunas:

- I. Filha, sua advogada não veio _____?
II. Ela não veio, mas não sei o _____.
III. Essa é a profissão _____ tanto ansiei.
a) por que – porquê – porque
b) por quê – por quê – porque
c) por quê – porquê – por que
d) por que – porquê – por que

2. Sobre o uso dos porquês, está CORRETA a frase:

- a) Não fui à aula por que estava doente.
b) Desconheço o porquê de tantas mentiras.
c) Não entendo porquê as pessoas são tão injustas.
d) Não gosto de você por que é sempre mal-educado com as pessoas.

3. Em relação ao uso da crase, assinale a alternativa em que a frase está INCORRETA:

- a) Vou à Bolívia para reunião da empresa.
b) A reunião será amanhã às 19h30.
c) Gosto muito de andar a pé nas madrugadas.
d) Ele sempre sai às pressas.

4. De acordo com o uso da vírgula, marque a única frase CORRETA:

- a) Ontem hoje sempre vou lembrar dos bons momentos, de nossas vidas.
b) Juliana, minha esposa, escreve romances.
c) São Paulo, 20 de abril, de 2018.
d) Todos aguardam o seu, retorno à cidade.

5. Quanto ao uso da colocação pronominal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Aquilo afasta-nos da realidade.
b) Embora me criticassem, acabaram sendo tolerantes.
c) Hoje, me recordo de tudo o que ocorreu naquela tarde de domingo.
d) Não dei-lhe permissão para sair.

6. Sobre a acentuação gráfica na nova ortografia, assinale a alternativa em que fica evidente o ERRO:

- a) Ele preferiu sair pelos fundos.
b) Ela se pela de medo da mãe.
c) Ontem ele não pode vir ao jogo de futebol.
d) Foi campeão de polo aquático.

7. Assinale a alternativa INCORRETA no uso do hífen, conforme a nova ortografia:

- a) Ele será bem-vindo a esta cidade.



TIPO 2

- b) Entregamos o abaixo-assinado ao diretor de ensino.
- c) Ele é o coautor da obra.
- d) Passamos lentamente pela ponte Rio Niterói.

8. Sobre a regra do acento diferencial na nova ortografia, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Por (verbo no infinitivo).
- b) Para (preposição).
- c) Pôr (preposição).
- d) Pára (verbo).

9. Sobre colocação pronominal, assinale a única assertiva CORRETA:

- a) Em tratando-se de previsões, verifico possibilidades de tempo instável na Capital.
- b) Amigos, digam-me a verdade.
- c) Bons ventos levem-o!
- d) Quanto custa-nos abdicar de uma ilusão.

10. De acordo com a regência, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A notícia agradou os estudantes.
- b) A menina agradava o gatinho.
- c) O padrinho agradeceu o noivo.
- d) Chamou ao aluno para a aula.

DIREITO CIVIL**11. Na disciplina jurídica dos bens, tem-se como CORRETO:**

- a) São inconsumíveis os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância, sendo também considerados tais os destinados à alienação.
- b) Os bens naturalmente divisíveis apenas podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei.
- c) Consideram-se móveis para os efeitos legais os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- d) Consideram-se móveis para os efeitos legais os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.

12. O Código Civil disciplina o modo de se proceder à contagem de prazos em negócios jurídicos. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os prazos fixados por hora contar-se-ão de minuto a minuto.
- b) Meado considera-se, em qualquer mês, o seu quinto dia.
- c) Salvo disposição legal ou convencional em contrário, computam-se os prazos, excluído o dia do começo, e incluído o do vencimento.
- d) Se o dia do vencimento cair em feriado, considerar-se-á prorrogado o prazo até o seguinte dia útil.

13. Sobre os defeitos dos negócios jurídicos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- b) Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.



TIPO 2

- c) São nulos os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
- d) O dolo accidental só obriga à satisfação das perdas e danos, e é accidental quando, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo.

14. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- b) Reputa-se ato jurídico perfeito aquele já consumado ou na iminência de se consumar segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.
- c) Como regra, a lei começa a vigorar em todo o país 180 (cento e oitenta) dias depois de oficialmente publicada.
- d) Salvo disposição em contrário, quando a lei for omissa o juiz obriga-se a decidir de acordo com a posição firmada, em última análise, pela jurisprudência dos tribunais superiores.

15. Violado o direito, nasce para o titular a pretensão. Sobre as regras de prescrição no Código Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas não dispõem de ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à prescrição, ou não a alegarem oportunamente por se tratar de regra de ordem pública.
- b) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- c) Não é possível renúncia à prescrição.
- d) A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.

16. Sobre o regime jurídico da prova no Código Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A escritura será redigida na língua nacional; admite-se, todavia, seja redigida em língua estrangeira e desde que traduzida por tradutor juramentado.
- b) A confissão é irrevogável, mas pode ser anulada se decorreu de erro de fato ou de coação.
- c) A escritura pública, lavrada em notas de tabelião, é documento dotado de fé pública desde que averbado no livro de notas.
- d) Não podem ser admitidos como testemunhas as pessoas com deficiência.

17. Sobre a transmissão das obrigações, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Salvo estipulação em contrário, o cedente responde pela solvência do devedor.
- b) Ocorrendo várias cessões do mesmo crédito, prevalece a que se completar com a tradição do título do crédito cedido.
- c) A cessão do crédito não tem eficácia em relação ao devedor, senão quando a este notificada; mas por notificado se tem o devedor que, em escrito público ou particular, se declarou ciente da cessão feita.
- d) Independentemente do conhecimento da cessão pelo devedor, pode o cessionário exercer os atos conservatórios do direito cedido.

18. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Nos contratos benéficos, responde por simples culpa o contratante, a quem o contrato aproveite, e por dolo aquele a quem não favoreça. Nos contratos onerosos, responde cada uma das partes por culpa, salvo as exceções previstas em lei.
- b) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde que o praticou.



TIPO 2

- c) Não havendo fato ou omissão imputável ao devedor, não incorre este em mora.
- d) O devedor responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se se tratar de obrigação infungível.

19. Sobre o Direito Sucessório, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O menor relativamente capaz tem capacidade para testar.
- b) O princípio do direito das sucessões segundo o qual os mais próximos excluem os mais distantes não se aplica entre os colaterais.
- c) Tanto a aceitação quanto a renúncia à herança pode ser expressa ou tácita, mas a renúncia deve ser confirmada por termo nos autos ou escritura pública.
- d) A renúncia à herança, sendo um ato jurídico em sentido estrito, pode ser condicionada à aceitação de outra pessoa.

20. Tendo em vista as regras de filiação dispostas no Código Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O reconhecimento de filho realizado por testamento pode ser revogado.
- b) O filho maior pode ser reconhecido mesmo sem o seu consentimento.
- c) O reconhecimento de filho poderá ser realizado após a sua morte pelo genitor desde que tenha deixado descendentes.
- d) É lícito o reconhecimento de filho incestuoso na ata do casamento.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. Sobre a aplicação da lei processual civil no tempo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A lei não retroagirá, exceto para beneficiar o réu.
- b) A aplicação da lei nova é geral e imediata, desde que o procedimento previsto seja compatível com aquele já adotado no processo, e ressalvados os recursos que tenham por objetivo impugnar decisões proferidas sob a égide da lei anterior, e respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada, o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
- c) A aplicação da lei nova é geral e imediata, ressalvados somente o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada, e respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.
- d) A lei processual nova tem aplicação geral e imediata, podendo retroagir sempre que o magistrado, por decisão fundamentada, entender conveniente.

22. Sobre as partes no processo civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O incapaz não tem legitimidade para figurar no polo passivo das ações que tramitam junto aos Juizados Especiais Cíveis.
- b) O réu preso não possui legitimidade para figurar no polo passivo das ações que tramitam junto aos Juizados Especiais Cíveis.
- c) O incapaz não tem capacidade de ser parte no polo passivo de ação monitória.
- d) O condomínio será, necessariamente, representado em juízo por seu síndico.

23. Fulano, residente e domiciliado no Brasil, e Beltrano, residente e domiciliado na Alemanha, submetem-se à arbitragem internacional para resolverem a contenda relativa a um contrato de compra e venda de automóvel. A sentença arbitral estrangeira determina que Fulano entregue a Beltrano um automóvel marca Bentley, ano 2017, que se encontra no Brasil. Além da entrega, a sentença arbitral determina que Fulano providencie a transferência da propriedade, no prazo máximo de 15 dias. Fulano não cumpre o disposto



TIPO 2

na sentença. Não há tratado entre os dois países que verse sobre homologação de sentença estrangeira.

Considerando o enunciado acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Essa sentença arbitral estrangeira não terá validade no Brasil, pois versa sobre causa de competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira.
- b) Beltrano deverá propor ação de homologação de sentença estrangeira, diretamente no Superior Tribunal de Justiça, para executá-la em processo autônomo, junto à Justiça Federal.
- c) Beltrano poderá levar essa sentença arbitral diretamente ao DETRAN do Estado da Federação em que se encontra registrado o veículo, e requerer a sua transferência.
- d) Beltrano poderá executar diretamente esse título executivo judicial junto à Justiça Estadual do Estado da Federação em que se encontre registrado o veículo.

24. Assinale a alternativa que CONFIGURA hipótese que autoriza a propositura de ação rescisória.

- a) Sentença proferida por juiz suspeito.
- b) Sentença que, no processo, revisa outra decisão condenatória a pagar alimentos, já transitada em julgado.
- c) Sentença e extingue o processo sem resolução do mérito por reconhecer a preempção.
- d) Somente é possível em face das sentenças de mérito.

25. Fulano e Beltrano são fiadores de um contrato de locação. O locador executa somente Fulano, para receber alugueres não pagos pelo locatário. Fulano, devidamente citado, deseja trazer Beltrano ao polo passivo da execução.

Considerando o enunciado acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Fulano não poderá trazer Beltrano ao processo, pois não são admitidas intervenções de terceiro nas execuções.
- b) Fulano deverá realizar nomeação à autoria, mesmo em se tratando de uma execução.
- c) Fulano deverá interpor chamamento ao processo, mesmo em se tratando de uma execução.
- d) Fulano deverá interpor denúncia da lide, mesmo em se tratando de uma execução.

26. Dentre os poderes do juiz, o CPC estabelece que este pode “determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária” (art. 139, IV). Considerando esse enunciado, assinale a alternativa que TRAZ MEDIDA ATÍPICA considerada lícita para aplicação, pelo magistrado, na execução.

- a) Bloqueio de passaporte do executado.
- b) Prisão do depositário infiel.
- c) Bloqueio de cartão de crédito do executado.
- d) Penhora de bens.

27. Assinale a alternativa que CONFIGURA violação aos princípios da boa-fé e/ou da lealdade processual, segundo o CPC:

- a) Deixar de respeitar prazo peremptório.
- b) Interposição de embargos de declaração com intuito meramente protelatório.
- c) Interpor recurso com o intuito de ver revista a decisão sob o argumento único de que a mesma foi injusta.
- d) Declaração de hipossuficiência em dissonância com a realidade econômica, para embasar pedido de concessão do benefício da justiça gratuita.



TIPO 2

28. Um dos meios de prova típicos definidos pelo CPC é a prova pericial. Sobre esse meio de prova, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Poderá ser nas modalidades perícia ou prova técnica simplificada.
- b) A realização de perícia não traz a necessidade de abertura de prazo para a apresentação de quesitos.
- c) As divergências entre o laudo pericial e os laudos apresentados pelos assistentes técnicos das partes não são pontos de esclarecimento obrigatórios pelo perito.
- d) Se o juiz detiver o conhecimento técnico específico sobre a matéria, poderá dispensar a perícia requerida pelas partes e julgar consoante as suas convicções e sua *expertise*.

29. Considerando o inadimplemento de obrigação de fazer personalíssima, em execução, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O magistrado somente poderá cominar multa diária por inadimplemento, que deverá incidir até que o executado cumpra a obrigação.
- b) O juiz poderá converter em perdas e danos, mas dependerá de requerimento expresso do credor.
- c) O juiz poderá converter em perdas e danos, de ofício.
- d) O magistrado aplicará a penhora de tantos bens quantos bastem para garantir o adimplemento da obrigação.

30. Fulano propõe ação de conhecimento em face de Beltrano, requerendo sentença de mérito que determine ao réu a demolição de um prédio que foi construído clandestinamente sobre servidão de passagem. O magistrado, na sentença, julga parcialmente o pedido formulado por Fulano, e condena Beltrano a “demolir apenas o que foi acrescido a partir do ano de 2015”. Não há, no processo, qualquer definição do que tenha sido construído antes ou depois dessa data. Considerando esse enunciado, assinale a alternativa que CORRESPONDE à atitude processual correta a ser tomada por Fulano no processo.

- a) Fulano poderá interpor embargos de declaração, pois a falta de definição exata da obrigação demolitória constitui omissão de ponto obrigatório da sentença.
- b) Fulano poderá aguardar o trânsito em julgado e executar a sentença demolitória.
- c) Fulano poderá, mesmo na pendência de recurso, propor liquidação dessa sentença, a fim de definir os exatos limites da demolição.
- d) Fulano deverá aguardar o trânsito em julgado e, por ação autônoma, formular com novo pedido demolitório, que será complementar à sentença proferida.

DIREITO PENAL

31. Assinale a assertiva CORRETA:

- a) Crimes omissivos próprios podem ocorrer na forma tentada.
- b) Entende-se por tentativa imperfeita quando a fase de execução é integralmente realizada pelo agente, mas o resultado não se verifica por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- c) Trata-se de tentativa imperfeita quando o delito não se consuma por absoluta impropriedade do objeto ou por ineficácia absoluta do meio.
- d) Entende-se por tentativa perfeita quando o agente pratica todos os atos de execução do crime, mas não o consuma por circunstâncias alheias à sua vontade.



TIPO 2

32. Assinale a assertiva CORRETA:

- a) Pode-se usar uma mesma condenação como antecedente na primeira fase da dosimetria da pena e na segunda fase como a agravante da reincidência.
- b) Na segunda fase da dosimetria da pena, a pena não pode ser fixada acima do máximo cominado ao crime em questão, tampouco aquém do mínimo.
- c) Em hipótese alguma a pena de detenção pode ser cumprida em regime fechado.
- d) Prescrevem em 2 (dois) anos as penas restritivas de direitos.

33. Com relação ao crime de roubo, é CORRETO afirmar:

- a) Segundo a jurisprudência majoritária, admite-se a tentativa de roubo impróprio.
- b) A ameaça pelo uso de arma de brinquedo justifica a aplicação da causa de aumento de pena.
- c) Para caracterização da majorante do concurso de pessoas, é irrelevante que um dos agentes seja menor.
- d) É isento de pena aquele que comete roubo contra ascendente seu.

34. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) No crime de extorsão mediante sequestro, o sujeito passivo é tanto aquele que sofre a lesão patrimonial quanto a pessoa sequestrada.
- b) Diferencia-se o crime de apropriação indébita do crime de estelionato, porque no primeiro o dolo é subsequente à posse e no segundo é antecedente.
- c) Por pressupor a existência de um crime anterior, o crime de receptação é crime acessório. Entretanto, para a configuração do crime de receptação, não há necessidade de punição ao autor do delito anterior, bastando que esteja claramente configurada a prática desse delito.
- d) O crime de furto não pode ser qualificado e privilegiado ao mesmo tempo.

35. Assinale a assertiva CORRETA:

- a) O delito de peculato se trata de crime próprio, de forma que somente o funcionário público e as pessoas a ele equiparadas podem praticá-lo. Contudo, é perfeitamente possível o concurso de pessoas, dada a comunicabilidade da elementar do crime, na forma do art. 30 do Código Penal.
- b) O delito de peculato se trata de crime próprio, de forma que somente o funcionário público e as pessoas a ele equiparadas podem praticá-lo. Jamais alguém que não seja funcionário público poderá ser sujeito ativo deste crime.
- c) É possível a tentativa do peculato culposo previsto no art. 312, par. 2º do CP.
- d) A reparação do dano efetuada após o recebimento da denúncia e antes do trânsito em julgado da sentença criminal dá causa a extinção da punibilidade, na modalidade doloso do peculato.

36. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) O delito de concussão é crime formal, que se consuma com a mera exigência da vantagem indevida, independentemente de sua obtenção, que, caso ocorra, será simplesmente exaurimento do crime.
- b) O delito de corrupção passiva depende da configuração da corrupção ativa para sua consumação.
- c) No delito de prevaricação, o funcionário público retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou o pratica contra disposição expressa de lei, visando receber vantagem indevida por parte de terceiro.
- d) Pela jurisprudência atual e unânime, desacato não configura mais crime no ordenamento jurídico brasileiro.



TIPO 2

37. Assinale a assertiva CORRETA:

- a) Entende-se em estado de necessidade quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.
- b) Entende-se legítima defesa a prática de fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- c) Se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.
- d) Fica o réu isento de pena quando o crime é cometido em estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular de um direito.

38. Assinale a assertiva CORRETA:

- a) O sujeito passivo do crime de estupro será sempre a mulher.
- b) Se do crime de estupro resultar gravidez, a legislação brasileira permite a prática do aborto.
- c) Os crimes contra a dignidade sexual se processam, em regra, mediante ação penal privada.
- d) Manter relação sexual com menor de 14 (quatorze) anos só será crime de estupro se não houver a concordância da pretensa vítima.

39. Assinale a assertiva CORRETA:

- a) O crime de estupro de vulnerável se processa mediante ação penal pública condicionada à representação.
- b) Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, só será o crime de casa de prostituição de houver o intuito de lucro.
- c) Os processos em que se apuram crimes contra a dignidade sexual tramitam sempre em segredo de Justiça.
- d) O crime de estupro, com a Lei n. 12.015/09, deixou de ser considerado hediondo.

40. Assinale a assertiva CORRETA:

- a) Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não ter se verificado constitui o crime de denúncia caluniosa.
- b) Quando um pai presta auxílio ao filho criminoso, visando tornar seguro o proveito do crime que este último cometeu, fica isento de pena.
- c) Aplica-se a mesma pena para a comunicação falsa de crime ou de contravenção.
- d) Fazer falso testemunho é crime apenas se o falso testemunho se der em um processo judicial.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

41. Sobre o procedimento dos crimes dolosos contra a vida é INCORRETO afirmar:

- a) Durante os debates, as partes não podem se referir à sentença de pronúncia ou acórdão como argumento de autoridade para prejudicar ou beneficiar o acusado.
- b) Os jurados podem fazer perguntas às testemunhas e ao acusado, por intermédio do juiz presidente.
- c) Contra a sentença de impronúncia ou de absolvição sumária caberá Recurso em Sentido Estrito.
- d) Via de regra, não é permitido o uso de algemas durante o julgamento.

42. A respeito da Lei n. 11.343/2006 (Lei de Drogas), é INCORRETO afirmar:

- a) A vedação da liberdade provisória ao crime de tráfico, prevista no artigo 44, foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, porquanto, dentre outras razões, era incompatível com a presunção de inocência e retirava do Judiciário a função de decidir sobre o

**TIPO 2**

regime de liberdades do cidadão.

b) A causa de especial diminuição de pena prevista no artigo 33, § 4º, pode ser aplicada aos agentes primários, com bons antecedentes e não dedicados às atividades criminosas, nem integrantes de organizações criminosas.

c) É incontroverso o entendimento jurisprudencial a respeito da tipicidade descrita no artigo 28, que trata da posse de droga para consumo pessoal, na medida em que capitulada a conduta no Capítulo “Dos Crimes e das Penas”.

d) A inafiançabilidade do delito de tráfico não impede a concessão da liberdade provisória, pois a Constituição da República prevê que é possível a concessão do benefício “com ou sem fiança”.

43. No tocante ao procedimento previsto na Lei n. 9.099/95, é INCORRETO afirmar:

a) Não é permitida a citação por edital nos Juizados Especiais Criminais, devendo ser remetido o feito ao juízo comum quando se verificar a necessidade de tal providência.

b) A intimação poderá ser feita por qualquer meio idôneo de comunicação, sem exclusão de outras formas, tais como por correspondência ou mandado.

c) Por ocasião da audiência prevista no artigo 81, será dada a palavra ao defensor para responder à acusação, após o que o juiz receberá, ou não, a denúncia ou queixa.

d) A apelação será interposta no prazo de cinco dias, contados da ciência da sentença pelo Ministério Público, pelo réu e seu defensor, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.

44. Acerca da Teoria das Nulidades no Direito Processual Penal, assinale a opção CORRETA:

a) Eventuais vícios ocorridos no curso do inquérito policial atingem a ação penal proposta posteriormente, ocorrendo a nulidade absoluta dos atos praticados.

b) A ausência de intimação da defesa sobre a expedição de precatória para oitiva de testemunha é causa de nulidade absoluta.

c) Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.

d) A incompetência do juízo não anula nenhum dos atos praticados, permanecendo válidos, inclusive, os atos decisórios, independente de ratificação.

45. Acerca das previsões constantes na Lei n. 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, assinale a opção CORRETA, atentando-se, ainda, ao entendimento consagrado pelos Tribunais Superiores:

a) A ação penal nos crimes de lesão corporal leve praticados no âmbito da violência doméstica e familiar é pública incondicionada.

b) Para os fins previstos na Lei Maria da Penha, considera-se violência doméstica e familiar tão somente a agressão física e sexual.

c) Nas ações penais condicionadas à representação, como é o caso do crime de ameaça, a retratação da representação pela ofendida poderá ocorrer de qualquer forma, inclusive perante a autoridade policial.

d) Nos crimes de menor potencial ofensivo praticados no âmbito da violência doméstica e familiar aplica-se a Lei n. 9.099/95, que trata do procedimento sumaríssimo.

46. Dentre os remédios constitucionais aplicáveis ao Direito Processual Penal encontra-se o Habeas Corpus. Sobre o tema, assinale a opção CORRETA:

a) Mostra-se cabível a impetração de *habeas corpus* em favor de pessoa jurídica.

**TIPO 2**

- b) As ações de *habeas corpus* dependem do recolhimento de custas e despesas processuais.
- c) O *habeas corpus* não é via idônea para discussão da pena de multa ou prestação pecuniária, ante a ausência de ameaça ou violação à liberdade de locomoção.
- d) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar a ação de *habeas corpus* quando a autoridade coatora for juiz de Direito.

47. Segundo a Lei n. 12.850/2013 (Organização Criminosa), marque a opção CORRETA:

- a) Considera-se organização criminosa a associação de 3 (três) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente.
- b) O juiz poderá recusar homologação à proposta que não atender aos requisitos legais, ou adequá-la ao caso concreto.
- c) Nos casos de colaboração premiada, o juiz atua como fiscal das cláusulas do acordo na fase de negociações, a fim de assegurar a correção para posterior homologação.
- d) A infiltração de agentes no âmbito da Lei de Organização Criminosa independe de autorização judicial.

48. Sobre a prisão preventiva, com as alterações havidas após a reforma imposta pela Lei n. 12.403/2011, é INCORRETO afirmar:

- a) Deve ser vista como última alternativa, quando as medidas cautelares diversas da prisão não se mostrarem adequadas.
- b) Será admitida para garantir a execução de medidas protetivas de urgência em caso de vítimas crianças, mulheres ou adolescentes, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência.
- c) A liberdade provisória somente pode ser concedida mediante fiança, independente da condição econômica do réu preso, a fim de garantir o ressarcimento à vítima.
- d) A liberdade provisória pode ser condicionada ou não a alguma medida cautelar diversa da prisão.

49. É CORRETO afirmar sobre a ação penal:

- a) A ação penal é pública condicionada quando depende de representação da vítima ou de requisição do Ministro da Justiça.
- b) É sempre pública, pois cabe ao Ministério Público o oferecimento da denúncia.
- c) A ação penal é pública condicionada quando não depende de representação da vítima ou de requisição do Ministro da Justiça.
- d) A ação penal é pública e sempre condicionada à representação da vítima ou de requisição do Ministro da Justiça.

50. A respeito da Prova no Processo Penal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Pode ser determinada sua produção antecipada quando considerada urgente e o acusado foi citado por edital.
- b) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação.
- c) Prova emprestada é aquela colhida em um processo e utilizada em outro, mas só é válida se for observado o contraditório.
- d) Quando o crime deixa vestígios, ou exame de corpo de delito, direto ou indireto, será indispensável, não podendo supri-lo a confissão do acusado.



DIREITO CONSTITUCIONAL

51. Em relação aos atos do processo legislativo, assinale a alternativa que APRESENTA aqueles nos quais é dispensada sanção presidencial:

- a) Lei ordinária e decretos legislativos.
- b) Lei delegada e lei complementar.
- c) Resoluções e medidas provisórias aprovadas sem emenda.
- d) Lei complementar e medida provisória aprovada sem emenda.

52. Em relação aos remédios constitucionais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- b) Qualquer pessoa é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- c) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- d) Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

53. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) O princípio da aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais não é aplicável aos direitos sociais.
- b) É livre a locomoção no território nacional em qualquer tempo, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- c) As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- d) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, dependentemente de licença do poder judiciário.

54. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e os militares.
- b) O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para dois períodos subsequentes.
- c) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
- d) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até um ano antes do pleito.

55. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- b) No processo de criação de novos Estados, aprovada a criação por plebiscito e elaborado o projeto de lei complementar para criação, não poderá o presidente da república vetá-lo.



TIPO 2

- c) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- d) Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

56. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, conforme previsto na CF/88.
- b) O número de Deputados à Assembléia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados.
- c) Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- d) A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subsequente.

57. Em relação ao Poder Judiciário assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O ingresso na carreira da Magistratura, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação.
- b) Os juízes gozam das seguintes garantias vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após três anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.
- c) Na apuração de antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação.
- d) O ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.

58. Assinale a alternativa que APRESENTA dois legitimados universais para propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade:

- a) Presidente da República e Governador de Estado.
- b) Entidade de classe de âmbito nacional e Partido Político com representação no Congresso Nacional.
- c) Procurador Geral da República e Conselho Federal da OAB.
- d) Mesa da Assembleia Legislativa e Mesa da Câmara dos Deputados.

59. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Presidente e o Vice-Presidente da República poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.
- b) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos

**TIPO 2**

cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.

c) Compete privativamente ao Presidente da República nomear e exonerar os Ministros de Estado.

d) Se, decorridos trinta dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

60. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) Desde a posse, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

b) A Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo Presidente do Senado Federal, e os demais cargos serão exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

c) Não perderá o mandato o Deputado ou Senador investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária.

d) As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.



PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III
Editais 017/2018
Prova Seletiva Discursiva – 2ª Etapa

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Reescreva o texto completo fazendo, caso necessário, correção de hifenização das palavras sublinhadas, em conformidade com a nova ortografia da língua portuguesa:

“Esse negócio está ficando hiperrequintado, mas até que é uma brincadeira super-interessante. Essa vida de ex-aluna precisa ser mudada. Do jeito que vai, tenho que voltar para os bancos escolares, ou vou ficar na pré-história. Tudo isso, porque algum manda-chuva resolveu jogar sobre nós essa reforma de paraquedas. E já que o jogo começou mesmo, resolvi dar o pontapé inicial”. (Autor desconhecido).

DIREITO

2. A respeito do campo de incidência do Código de Defesa do Consumidor, explique as teorias que buscam a melhor identificação do consumidor. Aborde seus conceitos, objetivos e o posicionamento atual do Superior Tribunal de Justiça.



ESMESC

Escola Superior
da Magistratura
do Estado de
Santa Catarina

TIPO 2

DIREITO

3. Diferencie atos vinculados de atos discricionários e explique em que medida eles podem ser controlados pelo Poder Judiciário.

Responda, ainda, se cabe ao Poder Judiciário revogar atos administrativos ou apenas anulá-los. Fundamente.